

**O DISCURSO DE REMEMORAÇÃO/COMEMORAÇÃO DA DITADURA
EMPRESARIAL-MILITAR BRASILEIRA: APAGAMENTO DA HISTÓRIA,
SILENCIAMENTO DE SENTIDOS**

**EL DISCURSO DE REMEMORACIÓN/CONMEMORACIÓN DE LA DICTADURA
EMPRESARIAL-MILITAR BRASILEÑA: BORRADO DE LA HISTORIA,
SILENCIAMIENTO DE SENTIDOS**

**THE DISCOURSE OF REMEMBRANCE/COMMEMORATION OF THE BRAZILIAN
ENTREPRENEURIAL-MILITARY DICTATORSHIP: ERASURE OF HISTORY,
SILENCING OF MEANINGS**

DOI: <http://10.9771/gmed.v16i1.58977>

Rosiene Aguiar-Santos¹

Gerenice Ribeiro de Oliveira Cortes²

Resumo: Neste estudo, objetivamos analisar o discurso de rememoração/comemoração do aniversário da Ditadura Empresarial-Militar brasileira, cujas celebrações ocorreram na vigência do regime democrático. Para tanto, mobilizamos os aportes teóricos da Análise de Discurso de filiação marxista, preconizada por Michel Pêcheux. O *corpus* foi constituído de 3 sequências discursivas, com um recorte de pronunciamentos de deputados federais, alusivos à data de 31 de março (2004-2010). Os resultados indicam que essa data é discursivizada em duas formações discursivas antagônicas: a militarista-ditatorial, como contragolpe e revolução, silenciando a ditadura; e na democrática, como um regime de governo autoritário, de perseguições e tortura.

Palavras-chave: Discurso militarista-ditatorial. Memória Discursiva. Rememoração/comemoração.

Resumen: En este estudio, objetivamos analizar el discurso de rememoración/conmemoración del aniversario de la Dictadura Empresarial-Militar brasileña, durante el régimen democrático. Para ello, empleamos los aportes teóricos del Análisis del Discurso de filiación pecheuxtiana. El corpus se constituyó de 3 secuencias discursivas, con un recorte de discursos de diputados federales, alusivos a la fecha del 31 de marzo (2004-2010). Los resultados indican que esta fecha es discursivizada en dos formaciones discursivas antagónicas: la militarista-dictatorial, presentándola como contragolpe y revolución, silenciando la dictadura; y la democrática, considerándola como un régimen de gobierno autoritario, de persecuciones y torturas.

Palabras clave: Discurso militarista-dictatorial. Memoria discursiva. Rememoración/Conmemoración.

Abstract: In this study, we aim to analyze the discourse of remembrance/commemoration of the Brazilian Entrepreneurial-Military Dictatorship anniversary, celebrated during the democratic regime. Using Marxist-affiliated Discourse Analysis by Pêcheux, the corpus includes 3 discursive sequences, featuring speeches by federal deputies on March 31 (2004-2010). Results reveal two contrasting discursive formations: the militaristic-dictatorial, presenting it as a counter-coup and revolution while suppressing the dictatorship, and the democratic, depicting it as an authoritarian government regime with persecutions and torture.

Keywords: Militaristic-dictatorial discourse. Discursive Memory. Remembrance/Commemoration.

Introdução

Nos últimos dez anos, o Brasil vivenciou um fervoroso cenário de manifestações populares, tanto nas ruas quanto nos ambientes digitais da *internet*. Um movimento que teve início com as *Jornadas de Junho de 2013*, foi intensificado durante as eleições de 2014 e alçou, nos anos subsequentes, sobretudo, indivíduos e grupos que se identificavam com a nova direita política brasileira (CORTES, 2019). Os manifestantes ocupavam as ruas e as redes sociais, clamando por intervenção das Forças Armadas (FA) no governo e pela restauração de uma ditadura no país, seguindo os mesmos padrões da Ditadura Empresarial-Militar que perdurou no Brasil entre 1964 e 1985. Protestavam, por meio da repetibilidade do enunciado “Intervenção Militar Já”, inscrito em cartazes, faixas e *posts* na *internet*, acreditando que tal intervenção resolveria as crises econômica e social que estavam em ebulição no país.

Diante desse cenário, passadas mais de três décadas desde o último período de intensas lutas e mobilizações populares em prol da restauração da democracia depois da ditadura, observamos, novamente, a influência de movimentos retrógrados e antidemocráticos em forte crescimento no Brasil. Um dos desdobramentos do discurso de apologia à ditadura pelo dito “Intervenção Militar Já” e de depreciação da democracia brasileira, principalmente nas plataformas digitais, foi a ascensão de Jair Messias Bolsonaro ao cargo de Presidente do Poder Executivo Federal (AGUIAR-SANTOS, 2020). Embora tenha sido democraticamente eleito em 2018, Jair Bolsonaro manteve uma abordagem de governança ao longo de seu mandato (2019-2022) sempre associada à ala militar, além disso, conservou os principais cargos ministeriais nas mãos de membros das Forças Armadas e, na vida pública, sempre defendeu a ditadura e seus métodos, o que representou um eminente perigo à democracia brasileira.

Desde sua implementação, a Ditadura Empresarial-Militar brasileira foi marcada pela violência para reprimir aqueles que resistiam ao regime autoritário. Nos anos posteriores, ocorreram prisões arbitrárias, torturas, estupros e assassinatos, crimes cometidos por membros das forças militares e policiais, principalmente nas grandes cidades e capitais do país (SOUZA; DIAS, 2018). Nos primeiros anos do regime, houve a cassação de direitos políticos e a imposição de uma rígida censura aos meios de comunicação e à expressão cultural literária e artística da população (COLLING, 2018).

Observamos nos últimos anos, com a ascensão da nova direita e de seus representantes, a exemplo do ex-presidente Jair Bolsonaro, cenários no Brasil que ecoam os antecedentes da ditadura de 1964. A memória desse regime ditatorial é atualizada e isso ocorreu, especialmente, no discurso de apologia à ditadura enunciado por meio de materialidades presentes em postagens nas redes sociais da *internet*, *sites* oficiais e na grande mídia. Entretanto, defendemos que esse discurso sempre esteve em funcionamento, como veremos nas materialidades analisadas neste estudo, parte de uma pesquisa mais aprofundada acerca dessa temática (AGUIAR-SANTOS, 2023). Esse discurso gera efeitos de memória

que negam a existência da ditadura e a defendem como uma “revolução democrática que salvou o país do comunismo”, produzindo assim, sentidos de negacionismo em relação à história do Brasil.

O regime democrático no Brasil, após o fim do período ditatorial, sempre foi fortemente ameaçado, mas essas ameaças foram ignoradas pelas instâncias que deveriam combatê-las. Dessa forma, o objetivo deste estudo é analisar, sob a perspectiva da Análise de Discurso (AD) de orientação materialista, os efeitos de memória presentes nos discursos em ocasiões de rememoração/comemoração da Ditadura Empresarial-Militar de 1964, observadas já durante o período da redemocratização brasileira e em espaço crucial para o funcionamento deste modelo de governo, a saber, as sessões da sede do Poder Legislativo. Objetivamos compreender as discursividades moventes entre as paráfrases e os antagonismos, disputas e embates de sujeitos e de sentidos nesse processo discursivo.

A seguir, faremos uma breve discussão acerca dos pressupostos teórico-metodológicos da Análise de Discurso, à qual se filiam as nossas reflexões analíticas.

Aportes teóricos da Análise de Discurso

Disciplina teórica inaugurada na França, a Análise de Discurso (AD) foi preconizada pelo filósofo e linguista Michel Pêcheux (1969; 1975; 1983) no final da década de 1960, e surgiu para questionar as evidências de sentido por meio dos gestos de interpretação. Desse modo, a AD busca analisar os efeitos de sentido que se materializam na língua. Nessa ótica, os sentidos não estão prontos, mas são constituídos nas relações com a ideologia e com a historicidade; busca-se, pois, os efeitos de sentido que funcionam no discurso, que é o objeto próprio de estudo da disciplina.

A Análise de Discurso se constitui pela articulação de três regiões do saber, quais sejam: o *Materialismo Histórico-Dialético* desenvolvido por Karl Marx, com a teoria das formações sociais e a noção de ideologia postulada pelo marxista Lois Althusser; da *Linguística* de Ferdinand Saussure, visto que é na língua que ocorre a materialização do discurso; e da *Teoria do Discurso*, pela determinação histórica dos sentidos. Além disso, todos esses elementos sofrem o atravessamento de uma teoria da *subjetividade* de natureza psicanalítica, a partir da noção de inconsciente, advinda da psicanálise freudiana reformulada por Jacques Lacan.

Na Análise de Discurso de filiação materialista, o discurso é a relação estabelecida entre língua e história, sujeito e ideologia. Nessa concepção, os indivíduos, ao serem interpelados pela ideologia, se tornam sujeitos do discurso, que se materializa na língua; ou seja, o sujeito é concebido como uma posição entre outras, pois ocupa um determinado lugar para ser sujeito daquilo que diz (ORLANDI, 2003).

Nessa perspectiva, de acordo com Pêcheux, o indivíduo para se constituir em sujeito discursivo é interpelado pela ideologia de uma Formação Discursiva (FD) dominante, e a sua adesão ou resistência a um discurso se dá por meio da forma como esse sujeito se relaciona com a ideologia. No entanto, o sujeito discursivo, atravessado pelo inconsciente, não se dá conta do trabalho da ideologia, mas tem a

ilusão de ser a origem do que diz e de ter controle sobre o sentido que produz ao falar. Nesse processo, o sujeito se constitui juntamente aos sentidos (PÊCHEUX, 1995).

Nessa esteira, os sentidos não são tomados pela transparência do significante, em sua literalidade, mas irão sofrer as determinações ideológicas, que se configuram no processo sócio-histórico. É nesse aspecto que a AD se relaciona com os postulados marxistas, especificamente no que corresponde ao conceito de ideologia, visto que este é um elemento essencial para o entendimento da relação da luta de classes e questões que envolvem o político.

Cabe salientar que Pêcheux realiza um deslocamento do conceito de ideologia, tal qual ele é concebido no Materialismo Histórico-Dialético ortodoxo. Isso é feito a partir da leitura de Althusser (1999) acerca dos Aparelhos Ideológicos do Estado (AIE), em que a ideologia é tida além da dimensão da ilusão, de um sistema de ideias, de representações ou falseamento da verdade, mas entendida numa instância material, pois “[...] todo processo discursivo se inscreve numa relação ideológica de classes” (PÊCHEUX, 1995, p. 92).

Conforme Pêcheux,

[...] É a ideologia que fornece as evidências pelas quais “todo mundo sabe” o que é um soldado, um operário, um patrão, uma fábrica uma greve, etc., evidências que fazem com que uma palavra ou um enunciado “queiram dizer o que realmente dizem” e que mascaram, assim, sob a “transparência da linguagem”, aquilo que chamaremos o caráter material do sentido das palavras e dos enunciados. Diremos que o caráter material do sentido – mascarado por sua evidência transparente para o sujeito – consiste na sua dependência constitutiva daquilo que chamamos “o todo complexo das formações ideológicas” (PÊCHEUX, 1997, p. 159-160). [sic]

Pêcheux define formação discursiva como aquilo que numa formação ideológica dada, em uma conjuntura sócio-histórica dada, determina o que pode e deve ser dito (PÊCHEUX, 1995). Segundo o autor, a constituição das FDs será determinada pelas formações ideológicas existentes nas relações de luta de classes. De acordo com Pêcheux, o discurso deve ser tomado como parte material das ideologias, e desse modo, as formações ideológicas se relacionam com as formações discursivas, que “representam ‘na linguagem’ as formações ideológicas que lhe são correspondentes” (PÊCHEUX, 1995, p. 161), com isso, uma mesma palavra, expressão ou proposição pode ter um sentido diferente conforme inscrita nessa ou naquela formação discursiva.

Os conceitos de interdiscurso e intradiscurso e de memória discursiva também são mobilizados neste estudo, no intuito de ampliar a nossa compreensão sobre os efeitos discursivos instaurados nos discursos em funcionamento a cada gesto de rememoração/comemoração da data do estabelecimento da ditadura, qual seja, o dia 31 de março de 1964.

Interdiscurso, para Pêcheux (1995, p. 149), é o “todo complexo com dominante das formações discursivas” e apresenta-se de duas maneiras, a saber, como pré-construído, que corresponde ao conjunto do que já foi dito antes e em outro lugar, e como discurso transversal, que corresponde a “um discurso que atravessa e põe em conexão elementos discursivos constituídos pelo interdiscurso enquanto

pré-construídos, que fornecem a matéria prima na qual o sujeito se constitui como ‘sujeito falante’” (PÊCHEUX 1995, p. 167).

Quanto a noção de memória discursiva, para Pêcheux:

[...] a memória seria aquilo que, face a um texto que surge como acontecimento a ler, vem restabelecer os “implícitos” (quer dizer, mais tecnicamente, os pré-construídos, elementos citados e relatados, discursos-transversos, etc.) de que sua leitura necessita: a condição do legível em relação ao próprio legível (PÊCHEUX, 1999, p. 52).

O autor propõe que a memória discursiva “[...] deve ser entendida [...] nos sentidos entrecruzados da memória mítica, da memória social inscrita em práticas, e da memória construída do historiador [...],” e que o interdiscurso especifica as condições em que “[...] um acontecimento histórico (um elemento histórico descontínuo e exterior) é suscetível de vir a se inscrever na continuidade interna, no espaço potencial de uma coerência própria a uma memória [...]” (PÊCHEUX, 1999, pp. 49-51).

Indursky (2011) pontua algumas distinções entre interdiscurso memória discursiva, embora sejam fenômenos que se entrecruzam; para a autora, o interdiscurso constitui-se de um complexo de formações discursivas, ou seja, todos os sentidos que já foram produzidos estão inseridos no interdiscurso, e não somente aqueles que são autorizados pela forma-sujeito, “nada do que já foi dito pode dele estar ausente” (INDURSKY, 2011, p. 86); assim, conforme a autora, o interdiscurso comporta todos os sentidos, não tem lacunas, é saturado.

A memória discursiva, de acordo com a autora, é constituída da memória histórica, não diz respeito a todos os sentidos, como o interdiscurso, mas aos sentidos que são autorizados pela forma-sujeito, aos sentidos que devem ser refutados e esquecidos e aos sentidos que não podem mais ser atualizados, ou lembrados, assim como, da mesma forma, existe a possibilidade de sentidos que antes não podiam ser ditos passarem a ser autorizados (INDURSKY, 2011). A autora deixa claro que não se refere à memória cognitiva individual ou à memória psicológica, já que a memória discursiva sofre os efeitos da ideologia.

De acordo com Courtine (2014) a memória discursiva, “[...] diz respeito à existência histórica do enunciado no interior de práticas discursivas regradas por aparelhos ideológicos [...]” (COURTINE, 2014, p. 105-106, grifos do autor). O autor ainda estabelece que a memória discursiva permite vários funcionamentos no interior de uma FD, a exemplo da lembrança, da repetição, da refutação e do esquecimento. Courtine trata das noções de repetição e comemoração para entender a relação que se estabelece entre a memória e o discurso. O autor se refere a formulações que marcam diferentes enunciações articuladas linguisticamente por meio da citação, repetição ou paráfrase.

Segundo Courtine, o processo de repetição se dá por meio da (re)citação, comemoração ou da remissão, quando acontece a materialização do discurso, considerando todas as formas discursivas presentes no interdiscurso, que remete a um discurso anterior (COURTINE, 2014). Ainda nesse quadro teórico, pontuamos a noção de intradiscurso, que é definido como o lugar da textualização do discurso,

o tempo curto no qual se atualiza uma memória por meio das formulações discursivas, é o lugar da enunciação do sujeito (COURTINE, 2014).

De acordo com Orlandi (2003), o percurso metodológico da AD não se dá de maneira linear, mas em um jogo de idas e vindas, e assim o próprio pesquisador deve construir seu arquivo de análise. Sendo nosso arquivo discursivo coletado de um espaço digital, qual seja, o *site* institucional da Câmara Federal, as contribuições teóricas sobre o discurso digital são importantes para nortear nosso procedimento de análise. Nesse cenário, a *internet* deve ser compreendida e considerada sob a perspectiva histórica, mas também em suas especificidades tecnológicas, o que envolve a constituição do sujeito e dos sentidos, as condições de produção, de articulação e de circulação dos discursos. Logo, não se trata de um mero depósito de materialidades, mas deve “ser observada em seus inconstantes e descontínuos movimentos [...]” (MITTMANN, 2011, p. 124).

Para Dias (2019), os discursos, ao serem reinscritos e circularem nos espaços digitais, se constituem sócio-historicamente por determinações do digital num processo de automatização do discurso. Esse processo é definido pela autora como “práticas sociais, políticas, teóricas e discursivas dos sujeitos. Práticas de leitura” (DIAS, 2019, p. 203), pois essas práticas necessitam não apenas das máquinas, dispositivos, algoritmos, ou seja, das ferramentas da informática, mas de uma relação concreta com a vida humana.

Nessa direção, os sujeitos que estão inseridos nessa ferramenta tecnológica sofrem os efeitos do sistema capitalista também no digital, que segrega, divide e alimenta as desigualdades, permitindo que esses ambientes se constituam como arenas de embates discursivos (CORTES, 2015). Assim, o processo de constituição, formulação e circulação dos sentidos são também afetados por essas condições de produção específicas da *internet*. A partir do funcionamento de relações de poder, que se conflituam pela tomada de posições dos sujeitos no discurso, decorridas das formações ideológicas e das formações discursivas dominantes no discurso midiático e digital, os sentidos são regularizados, mas também sofrem deslizamentos, rupturas e deslocamentos.

É, portanto, por meio da *internet* que alcançamos o arquivo do qual extraímos as materialidades analíticas deste estudo. Nesse sentido, destacamos que o conceito de arquivo, em sentido amplo, é definido por Pêcheux (2014) como um campo de documentos disponíveis sobre uma questão. Em vista disso, a partir de um arquivo de materialidades digitais que atualizam a memória da ditadura brasileira, selecionamos para o *corpus* discursivo, três materialidades alusivas às celebrações de aniversário da instauração da Ditadura Empresarial-Militar no Brasil, sendo elas pronunciamentos realizados na Câmara dos Deputados, em 2004 e 2010.

Cabe salientar que o acesso a esse espaço discursivo da Câmara, que entendemos como um lugar que abriga arquivos subterrâneos (AGUIAR-SANTOS; CORTES, 2022), pois não estavam acessíveis de modo facilitado a todos, somente nos foi permitido quando o alcançamos a partir de outro espaço discursivo mais próprio da *internet*, mais especificamente, um espaço jornalístico, construído

especialmente para figurar no ambiente digital, a saber, *site* e página do *Facebook* do jornal *O Estado de São Paulo* (Estadão)³.

Com base nas discussões apresentadas, iniciaremos o nosso percurso analítico.

A rememoração/comemoração da Ditadura Empresarial-Militar brasileira: efeitos de apologia ao militarismo e desdém à democracia

Iniciaremos o processo de análise com um recorte das três sequências discursivas (SDs), coletadas da página oficial da Câmara dos Deputados, onde constam as transcrições de trechos de pronunciamentos realizados no plenário, durante as sessões da casa. Como já apontado, selecionamos a data de aniversário da instauração do governo ditatorial, a saber, 31 de março, para realizar a pesquisa desses pronunciamentos que compõem o nosso *corpus*; em seguida, selecionamos trechos de falas de deputados, alusivas às comemorações da data mencionada, das quais foram constituídas as SDS analisadas.

Vejamos a primeira SD e os nossos gestos analíticos:

SD1

CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ

Com redação final

Sessão: 039.2.52. O Hora: 15:24 Fase: GE

Orador: **ALBERTO FRAGA** Data: **31/03/2004**

O SR. ALBERTO FRAGA (PTB-DF. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, assomo à tribuna para fazer referência ao transcurso do dia 31 de março. Há 40 anos, o Brasil vivia momento histórico e crucial para a consolidação da sua democracia. O contexto do País era de instabilidade, insatisfação e paralisia do Governo João Goulart. Havia ameaça explícita de golpe comunista, que instalaria ditadura socialista com base no modelo soviético. Numa reação a esse temor, as Forças Armadas se uniram para dar um contragolpe — atentem para a palavra que uso —, fortemente apoiado pela população. Milhares de pessoas foram às ruas apoiar a retomada do Estado Democrático de Direito no Brasil. Será que a imprensa desconhece a marcha realizada no Rio de Janeiro, à qual mais de meio milhão de pessoas compareceram para ratificar e apoiar a ação das Forças Armadas? [...] Não quero falar sobre o que ocorreu após a Revolução de 1964: torturas, prisões, excessos. É bem verdade que isso incomoda as próprias Forças Armadas. No entanto, transformar a contra-revolução num ato insano é demagogia, é hipocrisia, é cretinice e sem-vergonhice da Oposição. Nas escolas contam outra história a nossos jovens. A história precisa ser dita e escrita de maneira fiel ao que ocorreu. Não estou defendendo a ditadura militar, mas o Movimento de 1964 merece o respeito de V.Exas., da sociedade, da mídia e do Congresso Nacional. Referem-se ao dia 31 de março de 1964 como o início da ditadura militar. [...] Fico impressionado quando vejo alguém ocupar a tribuna e se referir a 31 de março como a data do golpe militar. Que golpe foi esse, se não foi disparado um tiro e não foi morta uma pessoa? [...] Não pretendo aqui defender a consequência da ditadura, com que também não conjungo. Tenho isenção para falar sobre o Movimento de 1964, porque tinha 5 anos de idade na época. Mas não é justo transformar movimento apoiado pela sociedade e pela Igreja em golpe, meu Deus do céu! [...] Como disse, o que defendo é a data e a contra-revolução. Do que se seguiu não vou entrar no mérito: torturas, prisões etc. O dia 31 de março deve ser comemorado e respeitado, porque havia um segmento que queria a presença dos comunistas, e outro lado que não queria. Mostrei a fotografia da maior

manifestação já ocorrida no País. Superou inclusive a das Diretas Já. Este movimento ratificou a presença das Forças Armadas. (BRASIL, 2004, grifo nosso)⁴. [sic]

A SD1 se constitui de uma materialidade linguística disponibilizada no *site* da Câmara. Como propõe Dias (2019), ao circular na *internet*, esses pronunciamentos continuam produzindo sentidos, ainda que tenham sido discursivizados em um momento anterior à sua divulgação e/ou circulação. Desse modo, o digital tem a particularidade de viabilizar a retomada desses discursos por meio da sua circulação da *internet*.

O deputado Alberto Fraga, ao realizar seu pronunciamento na plenária da Câmara, em 31 de março de 2004, é interpelado pela ideologia do discurso militarista e ocupa uma posição-sujeito de defensor do golpe de estado de 1964, por comemorar a referida data e fazer menção a esse golpe como um ato decisivo para a consolidação da democracia no Brasil e sendo amplamente apoiado pelo povo: **“Milhares de pessoas foram às ruas apoiar a retomada do Estado Democrático de Direito no Brasil”** (SD1). Esse discurso funciona com efeitos de apagamento dos sentidos de ditadura para o acontecimento histórico rememorado, silenciando os sentidos de governo autoritário daquele período, pois nesse discurso a instauração da Ditadura Empresarial-Militar passa a funcionar com sentidos de benefício à democracia brasileira, de reação a um suposto golpe do comunismo e não como o estopim de uma ditadura: **“Havia ameaça explícita de golpe comunista [...] Numa reação a esse temor, as Forças Armadas se uniram para dar um contragolpe [...] fortemente apoiado pela população”** (SD1).

No discurso de rememoração desta data em 2004, após quarenta anos do golpe de estado, a ditadura passa a significar por meio da memória subordinada ao discurso militarista, isto é, a memória do golpe de estado é apagada, ao tempo em que se instaura uma memória da suposta revolução, que foi efetivada pela vontade dos brasileiros: **“Será que a imprensa desconhece a marcha realizada no Rio de Janeiro, à qual mais de meio milhão de pessoas compareceram para ratificar e apoiar a ação das Forças Armadas?”** (SD1). [sic]

Ocorre, nesse processo, o que Courtine (2014) denomina de ritual discursivo da continuidade, em que o sujeito repete uma formulação inscrita no interdiscurso que diz respeito à continuidade linear de sucessão temporal, a exemplo do que vemos na formulação: **“[...] o Brasil vivia momento histórico e crucial para a consolidação da sua democracia”** (SD1). Funciona nesse discurso um efeito de sentido que Courtine (2014) denomina de anulação imaginária do processo histórico. Desse modo, a ditadura é ressignificada como uma revolução que, segundo esse discurso, marcou historicamente a consolidação da democracia brasileira. No entanto, essas discursividades inscritas na FD do militarismo retomam uma memória com sentidos de apagamento do golpe de estado e de negação da história, pois silenciam os efeitos discursivos da ditadura: **“Não estou defendendo a ditadura militar, mas o Movimento de 1964 merece o respeito de V. Exas., da sociedade, da mídia e do Congresso Nacional”** (SD1).

De acordo com Orlandi (2007), o silêncio funciona no discurso de duas maneiras, a saber, como silêncio fundador, “que torna toda significação possível” (ORLANDI, 2007, p. 102), e a que diz respeito à política do silêncio, que funciona de duas formas: o silêncio constitutivo, pois “todo dizer cala algum sentido necessariamente” (ORLANDI, 2007, p. 102); e o silêncio local, que é a censura, segundo a autora, as “relações de poder em uma sociedade como a nossa produzem sempre a censura, de tal modo que há sempre silêncio acompanhando as palavras” (ORLANDI, 2003, p. 83).

Desse modo, o silêncio produz sentidos, considerando que no dito há sempre os não-ditos. Assim, em cada solenidade de comemoração do dia 31 de março, os sentidos que discursivizam essa data como a instauração de uma “revolução democrática” são rememorados, sentidos autorizados pela FD militarista-ditatorial; e, ao mesmo tempo, os sentidos de Ditadura Empresarial-Militar são silenciados. Isto é, atualizam-se dizeres de que a ditadura não existiu: **“Referem-se ao dia 31 de março de 1964 como o início da ditadura militar. [...] Fico impressionado quando vejo alguém ocupar a tribuna e se referir a 31 de março como a data do golpe militar. Que golpe foi esse, se não foi disparado um tiro e não foi morta uma pessoa?”** (SD1).

Ao observar o trabalho realizado por Venturini (2008), que reinscreve as noções de rememoração e comemoração para os domínios da Análise de Discurso, notamos que as duas noções se tornam conceitos fundamentais para esse processo analítico. Vejamos:

As duas noções, nessa perspectiva, funcionam juntas e têm origem na História e na Antropologia, lugares onde se constituem pela passagem do histórico ao rememorativo e do rememorativo ao comemorativo. É nessa passagem que a memória se constitui em história. Na perspectiva discursiva, cujo objeto é o discurso, a rememoração funciona como memória e a comemoração, como atualidade (VENTURINI, 2008, p. 31).

A autora ainda acrescenta que a rememoração funciona no interdiscurso pelo viés do pré-construído, enquanto a comemoração atualiza uma memória no intradiscurso. Assim, a rememoração equivale ao interdiscurso, pois pelo funcionamento do pré-construído que, segundo Pêcheux (1997, p. 171), é “aquilo que todo mundo sabe”, legitima e sustenta a comemoração. Já a comemoração se inscreve na atualidade e reatualiza o discurso. Conforme Venturini, quando juntas, a rememoração e a comemoração constituem o intradiscurso, como memória e como texto fundante. Nas palavras da autora, “[...] para rememorar/comemorar é necessário antes institucionalizar determinado nome ou evento e isso ocorre pela repetição, que faz com que o mundo institucional seja experimentado como realidade objetiva” (VENTURINI, 2008, p. 30).

Entendemos ainda, que como a rememoração, na ordem interdiscursiva, se junta à comemoração, que está no domínio do intradiscurso, esse processo inscreve uma memória na atualidade. Dito de outro modo, há um ponto de encontro de uma atualidade e uma memória, há acontecimento discursivo no funcionamento da rememoração/comemoração do golpe de estado de 1964, materializado nesse pronunciamento que analisamos.

Nessa perspectiva, com o respaldo das discussões propostas por Venturini (2008) acerca das noções de rememoração e comemoração, podemos afirmar que a cada comemoração do aniversário do estabelecimento da Ditadura Empresarial-Militar brasileira, produz-se também um efeito de memória, pela atualização do interdiscurso no intradiscurso. Vejamos:

Pensadas como processo de estruturação do discurso, a rememoração funciona como memória do saber, como interdiscurso pelo funcionamento do pré-construído e a comemoração como intradiscurso, espaço da linearidade e da sintagmatização da memória (VENTURINI, 2008, p. 42).

Desse modo, o discurso de comemoração, inscrito nesse pronunciamento feito na Câmara em 2004, que celebra o aniversário de quarenta anos do acontecimento histórico de 31 de março de 1964 (SD1), produz efeitos de memória, pela rememoração do fato como uma revolução – sentidos autorizados pela FD militarista-ditatorial – e, ao mesmo tempo, apaga os sentidos de ditadura para o ocorrido na data então celebrada: “[...] **o que defendo é a data e a contra-revolução. Do que se seguiu não vou entrar no mérito: torturas, prisões etc. O dia 31 de março deve ser comemorado e respeitado [...]**” (SD1). [sic]

Quanto à formulação **“Não quero falar sobre o que ocorreu após a Revolução de 1964: torturas, prisões, excessos [...]**” (SD1), são dizeres que funcionam com sentidos de denegação, que segundo Courtine (2014), consiste em negar um elemento do saber próprio da FD que afeta o sujeito do discurso. Nesse caso, o sujeito discursivo, além de negar a ditadura pelo significante “Revolução”, também nega outros elementos dos saberes da FD militarista, a exemplo das “torturas, prisões e os excessos” praticados pelos militares; no entanto, a denegação produz um efeito de verdade em relação ao que é negado no discurso, pois incomoda as próprias Forças Armadas, e assim produz efeitos de contradição no discurso.

Portanto, a formulação **“Não quero falar sobre”** (SD1), pelo viés da denegação, materializa efeitos de sentido de silenciamento das vozes que denunciavam essas práticas, funciona uma posição-sujeito de omissão e apagamento dos abusos cometidos pela ditadura, ratificada no trecho: **“Não pretendo aqui defender a consequência da ditadura, com que também não comungo [...]. Mas não é justo transformar movimento apoiado pela sociedade e pela Igreja em golpe, meu Deus do céu! [...]**” (SD1). [sic]

Esses sentidos nos permitem observar um funcionamento discursivo não somente de omissão, mas também de isenção, por parte do deputado, em relação aos “excessos” que ele cita, inclusive com a justificativa da pouca idade à época do acontecimento histórico: **“Tenho isenção para falar sobre o Movimento de 1964, porque tinha 5 anos de idade na época”** (SD1). Decerto pessoas de 5 anos de idade ainda não tinham a dimensão do que ocorria naquele momento histórico do país, ainda assim, ao vivenciar os 21 anos da Ditadura Empresarial-Militar no Brasil, e os anos posteriores ao seu declínio, esse efeito de sentido de se esquivar do que ocorreu é aqui entendido como um efeito de absolvição de uma possível culpa do deputado pelo apoio em relação à ditadura, materializado nesse discurso. Na fala

do deputado, percebemos como esse efeito de sentido de isenção/absolvição funciona, sendo que os “excessos” e as “consequências” da ditadura não devem ser estigmatizados aos seus apoiadores imediatos, como o povo e a Igreja, pois já não “comungam” mais com eles.

Utilizando as palavras de Indursky, ocorre que, neste posicionamento discursivo, este “sujeito não reconhece um saber que é próprio de sua FD” (INDURSKY, 1990, p. 121), uma FD militarista-ditatorial, que é autoritária e, também, violenta. Esses efeitos de silenciamento, omissão, isenção e até mesmo de autoabsolvição são determinações dessa FD, que busca apagar e silenciar a história da Ditadura Empresarial-Militar brasileira: “[...] **transformar a contrarrevolução num ato insano é demagogia, é hipocrisia, é cretinice e sem-vergonhice da Oposição**” (SD1).

Ainda verificamos no discurso materializado na SD1, determinações ideológicas da FD militarista-ditatorial no discurso pedagógico, com a tentativa de legitimar a imposição do ensino de história. Nesse discurso, o governo realizado pelos militares no Brasil deve ser ensinado nas escolas como uma revolução, conforme se dava no período ditatorial, uma memória que também se atualiza na SD1: **“Nas escolas contam outra história a nossos jovens. A história precisa ser dita e escrita de maneira *fiel ao que ocorreu*”** (grifo nosso).

Conforme esse discurso, a história deve ser ensinada de maneira “fiel ao que ocorreu” (SD1); parafraseando Pêcheux (1990), podemos afirmar que é um discurso perfeitamente transparente, mas também profundamente opaco, pois afinal essa história deve ser fiel para quem, sob que perspectiva? Como? Para quê? Assim, temos aqui o que Orlandi (2012) denomina de fuga de sentidos. Para a autora, no processo da tensão discursiva, os movimentos podem ser contrários, contraditórios, divergentes e podem tomar várias direções, e assim instaurar sentidos em fuga, pelo efeito do silenciamento. Orlandi acrescenta ainda, que a fuga de sentidos é efeito da ideologia, instituído pelo interdiscurso. Portanto, a noção de fuga de sentidos pode nos ajudar a explicar o funcionamento do discurso que comemora a data de 31 de março como uma vitória democrática, já que esse discurso impõe a fuga dos sentidos do que foi a Ditadura Empresarial-Militar vivenciada no país.

Ademais, o dito **“A história precisa ser dita e escrita de maneira *fiel ao que ocorreu*”** (SD1, grifo nosso) também busca silenciar o ensino da história enquanto disciplina curricular do sistema nacional de ensino, e apagar os registros de golpe e ditadura. Essa censura funcionou fortemente no período ditatorial. Temos uma memória da censura atualizada na formulação da SD1, com efeitos parafrásticos, que busca regularizar o silenciamento da história pela censura, posto que temos uma posição-sujeito que defende a imposição de outro currículo para o ensino de história, uma história “fiel” às determinações ideológicas da FD militarista, que nega a ditadura e a ressignifica como revolução. Mais uma vez vemos funcionar o efeito de anulação imaginária do processo histórico (COURTINE, 2014) e a tentativa de produzir uma história fictícia em relação ao período ditatorial e, neste caso, a história fictícia se trata também da história enquanto disciplina didática a ser lecionada nas escolas. Com isso, o discurso militarista funciona com efeitos autoritários.

Todavia, no discurso, os sentidos sempre podem ser outros, e na mesma sessão plenária da Câmara, em que coletamos a materialidade que constituiu a SD1, esses sentidos determinados pela FD militarista-ditatorial, que negam a ditadura, também sofrem deslizamentos pelos efeitos de resistência instaurados por uma posição-sujeito que defende a democracia. Certamente aqueles que tiveram seus direitos cerceados, familiares violentados, que estiveram sob ameaça de tortura, tiveram pais, filhos ou parentes assassinados pelos carrascos da ditadura, tiveram sua arte censurada e os seus ideais comuns e democráticos combatidos, identificam-se com a forma-sujeito da FD democrática e ocupam posições de resistência ao discurso ditatorial, a exemplo do que está formulado no discurso inscrito na SD2, discursivizada pelo deputado federal Coriolano Salles.

Vejamos a transcrição do pronunciamento.

SD2

O **SR. CORIOLANO SALES** - Deputado Alberto Fraga, diferentemente de V.Exa., acompanhei na condição de estudante o movimento militar de 1964, que ocorreu em 31 de março e causou a mudança do regime constitucional. Creio que essa é a primeira constatação, porque a história não podemos dissolvê-la nem distorcê-la. De tal modo, imaginamos que os fatos não sejam compreendidos de maneira adequada, como eles ocorreram. O que vale agora é usar esses fatos de modo que sirvam de exemplo para a sustentabilidade da democracia. Foi um movimento forte que suprimiu direitos políticos, como sabemos, a partir de atos institucionais; que mudou substancialmente o processo político brasileiro; que mudou as relações na sociedade brasileira. Defendo o direito de V.Exa. de dizer o que quiser, porque penso que na democracia devemos defender as liberdades públicas e individuais de forma intangível. Mas V. Exa. era menino na época: tinha 5 ou 6 anos. Eu tinha um pouco mais, já estava no ensino médio, preparando-me para entrar na universidade, e recebi diretamente os efeitos da ditadura militar que se seguiu. Vivemos um período de ditadura militar. Não podemos inverter os fatos da história. [...] Vivemos um período de ditadura militar em nosso País, o qual felizmente não prosseguiu porque a tese da democracia foi superior e venceu [...] (BRASIL, 2004, grifo nosso)⁵. [sic]

O discurso inscrito na SD2, enunciado pelo deputado Coriolano Salles, como uma parte concedida durante o pronunciamento do deputado Alberto Fraga (SD1), instaura sentidos que consideram o estabelecimento do governo de militares no Brasil como uma ditadura no processo histórico do país, “[...] porque a história não podemos dissolvê-la nem distorcê-la” (SD2). Esses ditos manifestam sentidos que vão de encontro ao que é discursivizado pelo deputado Alberto Fraga na primeira parte desta análise (SD1). Conforme assegura Courtine (2014), dizeres como aqueles formulados na SD1 podem produzir efeitos de anulação imaginária do processo histórico. É o que vimos funcionar na análise da SD anterior, pelos sentidos de negação à ditadura e à própria história. No discurso de resistência (SD2), temos efeitos de sentido antagônicos que produzem desregulações na memória do discurso militar que nega a existência de uma ditadura: **“Vivemos um período de ditadura militar. Não podemos inverter os fatos da história”** (SD2).

Dessa forma, na SD2, na fala do parlamentar Coriolano Salles, temos uma posição-sujeito que reafirma a existência da ditadura e defende a democracia: **“O que vale agora é usar esses fatos de modo que sirvam de exemplo para a sustentabilidade da democracia”** (SD2). E ainda, “[...] Foi

um movimento forte que suprimiu direitos políticos, [...] a partir de atos institucionais; que mudou substancialmente o processo político brasileiro; [...] as relações na sociedade [...]" (SD2). Dessa maneira, o deputado, por meio da posição-sujeito de defesa da democracia, instaura o contradiscurso, ao reafirmar os sentidos de ditadura para o comando militar no governo brasileiro, e não revolução, conforme discursivizado na FD ditatorial: “[...] **Vivemos um período de ditadura militar em nosso País, o qual felizmente não prosseguiu porque a tese da democracia foi superior e venceu**” (SD2).

Assim, notamos que o primeiro parlamentar (Alberto Franga – SD1) ocupa uma posição-sujeito de convivência com a Ditadura Empresarial-Militar, pois discursivizou em seu pronunciamento que não houve um golpe, mas sim um contragolpe contra o comunismo, uma **“revolução democrática”** (SD1), pois foi um movimento apoiado pela população. Mesmo quando reconhece os excessos provocados no decorrer da ditadura, essa posição é reafirmada. Retomemos mais um trecho da SD1: **“Havia ameaça explícita de golpe comunista, que instalaria ditadura socialista com base no modelo soviético. Numa reação a esse temor, as Forças Armadas se uniram para dar um contragolpe — atente para a palavra que uso —, fortemente apoiado pela população. Milhares de pessoas foram às ruas apoiar a retomada do Estado Democrático de Direito no Brasil”**. Na SD1, o termo *democrático*, se filia à FD militarista-ditatorial, portanto, muda de sentido e passa a funcionar para justificar o autoritarismo, pois as palavras “[...] *mudam de sentido segundo as posições sustentadas por aqueles que as empregam*” (PÊCHEUX, 1995, p. 146, grifos do autor).

Por outro lado, o segundo deputado a falar (Coriolano Salles - SD2) ocupa uma posição de resistência a esse discurso, uma posição-sujeito democrática, pois contesta os sentidos que distorcem o conhecimento histórico e reconhece o comando militar no governo brasileiro como uma ditadura (SD2). Todavia, a regularidade discursiva instaurada pelo funcionamento da memória da ditadura como revolução contínua, e é observada anos depois, em 2010, como mostraremos na análise da SD3, que se constitui de mais um pronunciamento de um deputado, sendo este deputado o ex-presidente Jair Messias Bolsonaro.

SD3

CÂMARA DOS DEPUTADOS – DETAQ

Com redação final

Sessão: 059.4.53. O Hora: 10:10 Fase: BC

Orador: **JAIR BOLSONARO** Data: **31/03/2010**

Presidente, saúdo os militares e civis que, em 1964, tiveram a coragem de assumir o comando do País, e o faço em nome do falecido jornalista Roberto Marinho, que, em editorial do jornal O Globo, de 7 de outubro de 1984, intitulado Julgamento da Revolução, disse o seguinte no primeiro parágrafo: “Participamos da Revolução” — democrática — “de 1964, identificados com os anseios nacionais de preservação das instituições democráticas, ameaçados pela radicalização ideológica, greves, desordem social e corrupção generalizada. Há alguma diferença hoje? Não. Os militares assumiram o poder, então, com apoio de toda a imprensa, que exigia que os militares assumissem o poder em 1964; com apoio da classe empresarial, que não admitia a

estatização; e, repito, com apoio da Igreja Católica, que, nas missas, impulsionava os militares a terem coragem de assumir o poder juntamente com os civis sérios — o ateísmo era a religião dos comunistas; que impulsionava os produtores rurais, que não queriam ver suas fazendas tomadas pelas ligas camponesas; [...] Assim o Brasil deu início a 20 anos de glória, período em que o povo gozou de plena liberdade e de direitos humanos. Naquela época, o marginal era tratado como marginal. Hoje, ele tem direitos humanos, tem auxílio-reclusão e vota. É o absurdo dos absurdos! Dirijome agora aos jovens que estão me ouvindo, dada a impregnação da mídia, para que tenham realmente noção do que foi o regime militar. Procurem os mais velhos, perguntem ao primeiro que estiver passando na frente de sua casa que tiver acima de 60 anos como foi o regime militar e se ele não tem saudades daquela época, época em que todos eram respeitados, até mesmo este Parlamento, que hoje não o é mais. [...] Construímos a Hidrelétrica de Itaipu, a Ponte Rio-Niterói, fizemos a duplicação da Dutra, portos, aeroportos, telecomunicações. [...] a roubalheira praticamente não existia. E, quando aparecia, a autoridade era cassada pelo saudoso AI-5, que veio para evitar que o terrorismo se expandisse mais em nosso País. O povo, iludido, lamentavelmente trocou tudo isso por voto. O voto é muito importante, mas quando se tem responsabilidade. Quando não se tem, como acontece hoje em dia, a troca do voto por bolsa família e por projetos assistencialistas. [...] Sr. Presidente, pelo que os militares fizeram em 1964, minha saudação a eles e aos civis de bem que assumiram o timão do Brasil à época” (BRASIL, 2010, grifo nosso)⁶. [sic]

Assim como as primeiras sequências discursivas deste recorte (SDs 1 e 2), a SD3 faz parte do mesmo banco de dados com os pronunciamentos de deputados da Câmara Federal. Na mesma data, mas em um ano posterior (2010) à fala das duas primeiras SDs, ocorre a regularidade discursiva do discurso com a retomada do funcionamento de rememoração/comemoração do aniversário de 31 de março. Esse funcionamento é inscrito na fala de outro parlamentar, o então deputado federal Jair Bolsonaro. O funcionamento dessa memória se dá, neste discurso, por meio do trabalho da repetição e, conseqüentemente, da rememoração e comemoração de um acontecimento histórico, o golpe de estado de 1964: “[...] **saúdo os militares e civis que, em 1964, tiveram a coragem de assumir o comando do País [...]**” (SD2).

Segundo Courtine (2014), quando ocorre a inscrição de uma formulação, representada no espaço imaginário, se efetua uma ligação entre o tempo da enunciação ao domínio da memória, temos então, a ocorrência de formulações comemorativas. De acordo com o autor “Essa relação imaginária com o tempo encontra seu recorte no calendário e não conhece nenhuma outra escansão além daquela do *aniversário*” (COURTINE, 2014, p. 239, grifo do autor), portanto, o efeito de comemoração na memória discursiva, nesse pronunciamento na Câmara (SD2), é instaurado por meio da repetição de um momento primeiro – o início da ditadura, considerando a contagem dos dias daquele acontecimento, isto é, o aniversário do golpe.

Desse modo, na mesma data de aniversário, no entanto no ano de 2010, temos um pronunciamento de outro deputado federal, ancorado pelo editorial do jornal *O Globo*, à época escrito por Roberto Marinho, reverenciando o golpe de 1964 como uma revolução democrática, com apoio do povo, da imprensa, dos empresários e da Igreja: **“Os militares assumiram o poder, então, com apoio de toda a imprensa, [...]; com apoio da classe empresarial, [...] com apoio da Igreja Católica, [...]**” (SD3, grifo nosso). É importante ressaltar que as *Organizações Globo*, historicamente, também

ocupam posição-sujeito filiada à FD militarista, que nega o golpe e silencia os sentidos de ditadura para o governo das Forças Armadas no Brasil, e ainda nessa materialidade funcionam efeitos de sentido de revolução para este período.

Esse deputado ocupa a mesma posição do sujeito discursivo inscrita na SD1, analisada anteriormente, uma posição-sujeito antidemocrática. Inicia seu pronunciamento com uma saudação de respeito aos militares e civis que assumiram o poder naquela data. Essa saudação é feita enaltecendo a “coragem” desses militares, o que possibilita observar o efeito de sentido de que houve, então, um ato de bravura em 1964, o que faz parte do imaginário que se preserva em relação às Forças Armadas como instituição, que é uma formação imaginária de força, honra e ordem. Pêcheux (1997, p. 82) propõe que as formações imaginárias “[...] designam o lugar que [os interlocutores] se atribuem cada um a si e ao outro, a imagem que eles se fazem de seu próprio lugar e do lugar do outro [...]”. Não há uma relação direta entre o mundo e a linguagem, mas são sentidos de representações imaginárias dos sujeitos e dos lugares que eles ocupam.

Nesse pronunciamento (SD3), o deputado, assumindo a posição-sujeito antidemocrática, retoma o discurso do jornal *O Globo*, com efeitos parafrásticos, já que há uma repetição desse discurso. Diante do enfraquecimento da Ditadura Empresarial-Militar, Roberto Marinho, naquele momento editor-chefe do veículo jornalístico, lançou um editorial intitulado *Julgamento da Revolução*⁷. Tal formulação que intitula o texto de opinião veiculado no jornal já traz um funcionamento discursivo de que o período que compreende os anos de Ditadura Empresarial-Militar não se trata de uma ditadura para a linha editorial de *O Globo*, pois ao propor fazer um julgamento desse período, o editor ocupa uma posição-sujeito de conivência com a ditadura, ao chamá-lo, inclusive, de revolução.

O discurso da SD3 se alinha ao discurso da SD1 ao apagar os efeitos de ditadura e discursivizar o período como revolucionário. Desse modo, os dois deputados que enunciam esse discurso, e nesta SD3, o deputado que recita o editorial de *O Globo*, é interpelado ideologicamente e se identifica com a forma-sujeito da FD militarista-ditatorial, e assim ocupa a mesma posição-sujeito então assumida pelas *Organizações Globo*, uma posição que silencia os sentidos de ditadura para o governo de militares no país e discursiviza o período como revolução: **“Participamos da Revolução’ — democrática — ‘de 1964, identificados com os anseios nacionais de preservação das instituições democráticas, ameaçados pela radicalização ideológica, greves, desordem social e corrupção generalizada”** (SD3).

O pronunciamento do deputado Jair Bolsonaro (SD3), ao repetir trechos da fala do jornalista Roberto Marinho, no editorial do jornal *O Globo*, produz efeitos de verdade ao discurso (INDURSKY, 2015). O deputado ainda acrescenta no texto original a palavra “democrática”, reforçando, assim, os efeitos de apagamento daquele período como uma ditadura. Desse modo, percebemos as determinações de sentidos da FD militarista-ditatorial, ao discursivizar a ascensão dos militares ao poder em 1964, como crucial para salvar a democracia e o país do comunismo: **“[...] o ateísmo era a religião dos**

comunistas; [...]. Assim o Brasil deu início a 20 anos de glória, período em que o povo gozou de plena liberdade e de direitos humanos [...]" (SD3).

Segundo Sá Motta (2019), a justificativa de uma ascensão comunista naquela época não se comprova, uma vez que o próprio presidente João Goulart e o partido ao qual ele era filiado (PTB – Partido Trabalhista Brasileiro) não eram comunistas, no entanto, por ter sua base eleitoral composta de trabalhadores e das camadas mais pobres da sociedade e por seus ideais reformistas e de aproximação com os movimentos sociais, despertou o temor anticomunista nos seus opositores políticos, financiados com capital estadunidense. Quando o editorial aborda a “radicalização ideológica” (SD3), ocorre o processo de identificação do editorialista do jornal e enunciador desse discurso com a forma-sujeito da FD militarista-ditatorial, funciona um efeito de sentido equivocado de que os ares antecedentes ao golpe eram efetivamente propícios à instalação do sistema de produção comunista no Brasil. Trata-se de um efeito de sentido de contragolpe a um suposto golpe comunista que estaria em curso naquele momento, segundo esse discurso.

Com base em Dias e Souza (2018), constatamos que os cenários precedentes ao golpe de estado de 1964 e os acontecimentos contemporâneos, que vão das *Jornadas de Junho de 2013*, passam pelo processo de *impeachment* de Dilma Rousseff, no golpe de 2016, e culmina com a eleição e governo de Jair Bolsonaro (2018-2022), são parecidos, têm muitos efeitos de sentido convergentes. As discursividades sobre o comunismo, por exemplo, que naquele período histórico produziam efeitos de medo social, de assombro, de uma ameaça terrível ao país, voltam a ser repetidos em nossos dias, como justificativas para o retorno das Forças Armadas ao poder. Há uma regularidade desses efeitos de sentido sobre o comunismo, dada a sua recorrência observada nas materialidades que trazem comemorações do golpe de 1964, como por exemplo na formulação: “[...] **os produtores rurais, que não queriam ver suas fazendas tomadas pelas ligas camponesas; [...]**” (SD3). Esses efeitos discursivos anticomunistas também são atualizados no intradiscurso, visto que há o funcionamento do discurso pela defesa da “Intervenção Militar Já”, na atualidade (AGUIAR-SANTOS, 2020), uma nova posição-sujeito desse discurso de apologia à ditadura de 1964.

Portanto, a memória do discurso militarista funciona com sentidos de que o período de governo militar não foi uma ditadura, e sim trouxe progresso e crescimento para a nação, com construção de empreendimentos importantes em grandes obras, e como uma salvação para o Brasil, tendo em vista a ameaça comunista que traria retrocesso e uma ditadura: **“Construímos a Hidrelétrica de Itaipu, a Ponte Rio-Niterói, fizemos a duplicação da Dutra, portos, aeroportos, telecomunicações [...] pelo que os militares fizeram em 1964, minha saudação a eles e aos civis de bem que assumiram o timão do Brasil à época”** (SD3). É interessante a utilização da primeira pessoa do plural, nas primeiras orações da citação da SD3 na fala do deputado, pois esta construção gramatical instaura sentidos de que o deputado seja parte integrante das forças militares que realizaram àquelas ações, como de fato, Bolsonaro já foi ativo no Exército brasileiro.

Esse discurso de progresso econômico também silencia os entraves existentes durante a ditadura, como o cerceamento da liberdade e o desrespeito aos direitos humanos, ocasionados pelas perseguições e torturas aos opositores da ditadura. Inclusive, com um jogo metafórico que ressignifica esses percalços, silenciando-os e substituindo-os, justamente, com outros sentidos para “liberdade e direitos humanos”, mas apenas para quem merecia: **“Naquela época, o marginal era tratado como marginal. Hoje, ele tem direitos humanos, tem auxílio-reclusão e vota. É o absurdo dos absurdos!”** (SD3), o deputado discursiviza de forma implícita, pois conforme Orlandi (2003) há sempre o não-dito no interior do que é dito, que os criminosos são “bem tratados” no regime democrático, enquanto na ditadura eram tratados como marginais.

Nesse sentido, ao dizer que hoje, essas pessoas têm direitos humanos, o não-dito de que antes “elas” não tinham esses direitos durante a ditadura é inscrito nesse discurso, no entanto, a história comprova que não só aqueles considerados como “marginais” eram tratados de forma desumana pelos ditadores, mas qualquer pessoa que se opusesse à ditadura, sejam elas professores, jornalistas, estudantes, religiosos, homens, mulheres ou crianças.

Além disso, a formulação “direitos humanos” é entendida nessa formação discursiva militarista-ditatorial como um direito que não compreende todas as pessoas, a essência do que é ser humano, mas apenas aqueles que “não cometem crimes”. Mais uma vez, vemos o funcionamento de um pré-construído que se insere no interdiscurso da direita política. Entendemos que os ditos *dignidade* e *humano* geram os mesmos efeitos de sentido, uma vez que todo ser humano tem direito à dignidade. A voz da memória deve se manifestar na defesa da vida humana para toda a humanidade, sem exceções. Não existe um “fora da dignidade” para a pessoa humana, pois seu rebaixamento impacta a todos.

Esses enunciados se repetem no interdiscurso recortado pela FDs direitista ou militarista-ditatorial, na FD bolsonarista, a exemplo de “direitos dos manos”, “fim dos direitos dos manos”, como efeitos metafóricos em relação aos “direitos humanos”, reiteram o funcionamento do discurso de ódio e preconceito arraigados na sociedade brasileira. São formulações que “vinculam a tribo urbana dos Manos e das Minas à autoria de crimes como assaltos, tráfico de drogas e homicídios (SOUZA, 2017, p. 1). Nessa perspectiva discursiva, aqueles que cometem crimes não precisam ser tratados como humanos, mas como bandidos, indo de encontro ao que prega a *Declaração Universal dos Direitos Humanos*, que não distingue a humanidade de alguém seja qual for sua conduta, pois os direitos humanos são inerentes a todos os seres humanos, e independem de raça, sexo, idioma, religião, nacionalidade, etnia, ou qualquer outra condição: “Todo ser humano tem direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal [...] Ninguém será submetido à tortura, nem a tratamento ou castigo cruel, desumano ou degradante” (DUDH, art. 3-5, 1948).

Os dizeres da SD3 também produzem efeitos de contradição e de negação da realidade histórica, quando o deputado discursiviza que os maiores de 60 anos, ao serem consultados pelos mais jovens, poderiam atestar de fato como foi o período de governo efetuado pelas Forças Armadas no

Brasil: “[...] aos jovens que estão me ouvindo, [...] Procurem os mais velhos, perguntem [...] ao [...] que [...] tiver acima de 60 anos como foi o regime militar e se ele não tem saudades daquela época, [...] que todos eram respeitados, até mesmo este Parlamento, que hoje não o é mais [...]” (SD3).

Durante a ditadura, o parlamento brasileiro foi impedido de atuar, pois o Ato Institucional de número 5 (AI-5) impôs o fechamento do Congresso Nacional. Desse modo, como “naquela época” poderia haver mais respeito ao parlamento, como está sendo materializado no discurso da SD3, e a todos, sendo que essa instituição foi fechada? Sequer tinha o parlamento a possibilidade de desempenhar suas funções com liberdade?

Ainda nesse discurso, são produzidos efeitos de defesa da legislação ditatorial como benéfica ao desenvolvimento do Brasil e ao combate à corrupção: “[...] a roubalheira praticamente não existia. E, quando aparecia, a autoridade era cassada pelo *saudoso AI-5*, que veio para evitar que o terrorismo se expandisse mais em nosso País. O povo, iludido, lamentavelmente trocou tudo isso por voto” (SD3). A utilização do adjetivo *saudoso* permite a instauração dos sentidos de que o AI-5 foi bom, e por isso deva-se ter saudade desta lei, já que pelos dizeres dessa SD, sua promulgação servia somente a interesses voltados para o bem, que consistia em banir atos de terrorismo no país.

Ao lamentar a troca do AI-5 pelo voto, o deputado ocupa uma posição-sujeito de defesa desse ato institucional e discursiviza que houve um severo erro na escolha do povo, ou seja, uma lei ditatorial ser substituída pelo voto democrático equivale aos sentidos de que a ditadura era melhor opção à população do que o ato de escolher seus representantes por meio da votação: **“O voto é muito importante, mas quando se tem responsabilidade. Quando não se tem, como acontece hoje em dia, a troca do voto por bolsa família e por projetos assistencialistas [...]”** (SD3). [sic]⁸ Desse modo, sentidos positivos ao AI-5 e à ditadura são materializados nesse discurso, enquanto os sentidos de democracia na FD militarista são outros, como o de inutilidade desse sistema, bem como o de discursivizar a destruição e o retrocesso provocados pela Ditadura Empresarial-Militar, como avanços, pois, mais uma vez, é preciso reafirmar que as palavras mudam de sentido conforme as posições ideológicas dos sujeitos filiados a uma dada formação discursiva (PÊCHEUX, 1995), e isso ocorre nesse funcionamento, afinal, os sentidos permitidos pela FD militarista-ditatorial para a democracia são de depreciação e irrelevância.

Vale salientar, conforme Indursky (2019), que discurso como o enunciado nessas SDs (2-3) é da ordem do impensável para um momento de redemocratização, pois essa posição-sujeito de ataque à democracia jamais deveria ser ocupada por um deputado. Nunes (2019) assegura que

O Estado, em sua plenitude de direitos e prerrogativas constitucionais, juntamente com seus agentes de poder, não pode atuar como adversário ou inimigo da democracia; não pode abrir suas portas, janelas e convicções para legitimar os assombros golpistas, compactuar com as formas de violências, torturas, ou respaldar convicções totalitárias. O Estado, em tempos de crise, deve [...] defender princípios

éticos, atuar com isonomia jurídica e assegurar vida saudável à democracia (NUNES, 2019, p. 20-21).

Considerando os sentidos permitidos pela FD militarista-ditatorial, de depreciação à democracia e ao voto, discursivizados em trechos da SD3, essas determinações discursivas e suas práticas sociais tendem a fragilizar a democracia brasileira e a desacreditar o devido funcionamento das instituições. Isto é, são determinações discursivas que estão em funcionamento desde a transição do regime ditatorial para a democracia. Além disso, pelas condições de produção do discurso enunciado nessas SDs (1 e 3), havia apenas pouco mais de 20 anos de restabelecimento do regime democrático, o que demonstra a sua efemeridade.

A SD3 materializa sentidos de enaltecimento aos militares e ao início da ditadura, e assim busca justificar a comemoração da fatídica data, discursivizada como combate, e para que esse combate ocorresse foi necessária “a coragem desses militares”, num processo de tomada de poder para preservar a democracia (SD3). No entanto, conforme Pêcheux (1995), o sentido sempre pode ser outro, então questionamos: que combate foi esse? Combate a que e a quem?

Zaverucha (1999)⁹ provoca que a sociedade tem a singela impressão de que as Forças Armadas estão sob a subordinação e o controle civil democrático, no entanto, de modo sutil, as forças militares corroem algumas instituições fundamentais para o bom andamento do pacto social, como a Constituição e as polícias e, como interpretamos neste procedimento analítico, corrói também o próprio Congresso Nacional, por meio de deputados que ocupam posições-sujeito antidemocráticas, sendo discursivizada uma oferta de poder incompatível aos militares, o que se contrapõe ao papel dos deputados que é o de defender a segurança democrática do país.

Considerações (não) finais

Diante de nossa interpretação analítica, destacamos que a formação discursiva dominante no discurso analisado é a militarista-ditatorial, que produz um discurso com efeitos de sentido de revolução para as lembranças/comemorações do evento autoritário de 31 de março, e silencia os sentidos da ditadura.

Os sujeitos do discurso são interpelados pela ideologia do militarismo, que determinam o funcionamento discursivo de uma revolução para o golpe de 1964, que deve ser comemorado. Como postula Venturini (2008) “Participa da urgência de uma formação social em comemorar, fornecendo-lhe um modo de funcionamento” (VENTURINI, 2008, p. 43). Esses sujeitos repetem e fazem com que circule um efeito metafórico com estabilização parafrástica da memória discursiva inscrita na FD militarista-ditatorial, regularizando o sentido de revolução para ditadura e silenciando o sentido de ditadura para o governo de militares das Forças Armadas no país. Embora funcionem duas posições-sujeito antagônicas nesse discurso que analisamos, a posição-sujeito militarista-ditatorial é preponderante.

Retomando as SDs 1 e 3, as lembranças/comemorações realizadas nos pronunciamentos na Câmara dos Deputados se filiam à formação discursiva militarista-ditatorial e discursivizam o golpe de estado de 1964 com sentidos de contrarrevolução. Os sentidos de contrarrevolução funcionam pelos efeitos do pré-construído da não existência de uma ditadura e, assim, instauram-se efeitos de uma anulação imaginária do processo histórico (COURTINE, 2014) e institui o silenciamento e o apagamento de um período ditatorial na história do Brasil (1964-1985).

Ademais, o discurso militarista, atravessado pela memória do anticomunismo, discursiviza o golpe de 1964 como momento marcante, como uma revolução que trouxe grandes avanços estruturais e conquistas ao país e, por isso, a data de 31 de março deveria ser celebrada. Desse modo, o discurso das comemorações alusivas à data de instauração da ditadura em 1964, tanto silencia os sentidos de ditadura, como produz efeitos de simulacro para a democracia, pela repetição do significante *revolução democrática*. De acordo com a FD militarista-ditatorial, que determina as comemorações para o ocorrido em 31 de março de 1964, os algozes da ditadura, significados aí como heróis, devem ser reverenciados pela coragem no combate ao comunismo.

Entretanto, há uma intensa disputa de memórias nesse discurso. Enquanto a FD militarista-ditatorial produz sentidos para o acontecimento de 31 de março de 1964 com efeitos de verdade, de revolução e de contragolpe, na FD democrática, a exemplo do discurso materializado na SD2, com a parte do deputado Coriolano Salles no pronunciamento de Alberto Fraga (SD1), a mesma data é lembrada com sentidos de angústia, pavor e aversão, já que nela ocorreu um golpe de estado que instaurou uma ditadura no Brasil por longos 21 anos, provocando perseguições, tortura e morte e, por isso, jamais deve ser celebrada e lembrada, e sim lembrada, no intuito de que suas mazelas não mais se repitam em nosso país.

Referências:

AGUIAR-SANTOS, Rosiene. **O funcionamento discursivo do enunciado “Intervenção Militar Já” nas mídias digitais:** memória, metáfora e efeitos-sentido. 2020. Orientador: Gerenice Ribeiro de Oliveira Cortes. 106f. (Dissertação de Mestrado em Linguística) – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista, 2020. Disponível em: <https://repositorio.cepelin.org/index.php/repositorioppglintesesdissertaco/article/view/205> Acesso em: 20 jun. 2020.

AGUIAR-SANTOS, Rosiene; CORTES, Gerenice R. de O. A memória da ditadura no período da redemocratização brasileira: dos arquivos subterrâneos às mídias digitais. **Letras De Hoje**, 57(1), e43504, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.15448/1984-7726.2022.1.43504> Acesso em: nov. 2022.

AGUIAR-SANTOS, Rosiene. **A memória discursiva da Ditadura Civil-Militar brasileira nas mídias digitais:** dos arquivos subterrâneos ao acontecimento. 2023 Orientadora: Gerenice Ribeiro de Oliveira Cortes. 259f. (Tese de Doutorado em Linguística) - Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista, 2023.

ALTHUSSER, Louis. **Sobre a reprodução.** Tradução de Guilherme João de Freitas Teixeira. Petrópolis: Vozes, 1999.

- BRASIL. Congresso Nacional. **Câmara dos Deputados**. Diário da Câmara dos Deputados, Brasília, ano LIX 051, 1 de abril de 2004, p. 13997-13998. Disponível em: <http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD01ABR2004.pdf#page=349> Acesso em: out. 2020. Discurso do deputado Alberto Fraga.
- BRASIL. Congresso Nacional. **Câmara dos Deputados**. Diário da Câmara dos Deputados, Brasília, ano LXV - Nº 431, 1 de abril de 2010. Disponível em: <https://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD01ABR2010.pdf#page=98> Acesso em: out. 2020. Discurso do deputado Jair Bolsonaro.
- COLLING, Ana Maria. Vozes silenciadas: a ditadura brasileira e as mulheres. **Contenciosa**, Año VI, n. 8, 2018 - ISSN 2347-0011.
- CORTES, Gerenice R. O. **Do lugar discursivo ao efeito-leitor**: a movimentação do sujeito no discurso em blogs de divulgação científica. 2015 Orientador: Evandra Grigoletto. (Tese de Doutorado em Letras/Linguística) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife. 2015.
- CORTES, Gerenice. R. O. O gigante das diretas está na direção certa? Memória e metáfora no discurso virtual sobre o Brasil. In: GRIGOLETTO, E.; DE NARDI, F. S.; SOBRINHO, H. F. S. (org.). **Silêncio, Memória, Resistência**: A política e o político no discurso. Campinas, SP: Pontes Editores, 2019.
- COURTINE, Jean-Jacques. **Análise do discurso político**: o discurso comunista endereçado aos cristãos. Tradução de Cristina de Campos *et al.* São Carlos: Edufscar, 2014. Edição original: 1981.
- DIAS, Cristiane. O sentido da automatização na análise de discurso: sobre a maquinaria dos sentidos. In.: **Líng. e Instrum. Linguíst.**, Campinas, SP, n. 44, p. 198-221, jul./dez. 2019.
- DUDH. Assembleia Geral da ONU. “**Declaração Universal dos Direitos Humanos**” (217 [III] A) 1948.
- INDURSKY, Freda. Polêmica e denegação: dois funcionamentos discursivos da negação. **Cadernos de Estudos Linguísticos**, 19, jul/dez, Campinas: Editora da UNICAMP, 1990.
- INDURSKY, Freda. A memória na cena do discurso. In: INDURSKY, Freda; LEANDRO FERREIRA, Maria Cristina; MITTMANN, Solange. (orgs.). **Memória e história da/na Análise do Discurso**. Campinas, SP: Mercado de Letras, p. 67-89, 2011.
- INDURSKY, Freda. O mal-estar na política e na cultura brasileiras, hoje. In: MITTMANN, Solange; JUNG DE CAMPOS, Luciene. (org.) **Análise de discurso: da inquietude ao incômodo lugar**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2019.
- MITTMANN, Solange. Alguns apontamentos sobre militância digital. In: GRIGOLETTO, Evandra; NARDI, Fabiele. S. de; SCHONS, Carmen. R. (org.). **Discursos em Rede**: práticas de (re)produção, movimentos de resistência e constituição de subjetividades no ciberespaço. Recife: Ed. Universitária - Ufpe, p. 119-139. 2011.
- NUNES, Pedro. Democracia fraturada: a derrubada de Dilma Rousseff, a prisão de Lula e a Imprensa no Brasil [recurso eletrônico] /Pedro Nunes. - João Pessoa: Editora do CCTA; **Aveiro**: RIA Editorial, 162p. 2019.
- ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de Discurso**: princípios & procedimentos. Campinas: Pontes, 2003.
- ORLANDI, Eni Puccinelli. **As formas do silêncio**: no movimento dos sentidos. 6ª ed. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2007.

- ORLANDI, Eni Puccinelli. Sentidos em fuga: efeitos da polissemia e do silêncio. *In*: CARROZA, Guilherme; SANTOS, M. dos; SILVA, T. D. da (org.). **Sujeito, sociedade, sentidos**. Campinas: Pontes Editores, 2012.
- PÊCHEUX, Michel. **Semântica e Discurso**: Uma crítica à afirmação do óbvio. Tradução: Eni Puccinelli Orlandi *et al.* – 2. Ed. – Campinas, SP. Editora da UNICAMP, 1995. Edição original: 1975;
- PÊCHEUX, Michel. Análise automática do discurso (AAD-69). Tradução de Eni Puccinelli Orlandi. *In*: GADET, Françoise; HAK, Tony (org.). **Por uma análise automática do discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. 3. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1997. Edição original: 1969.
- PÊCHEUX, Michel. O papel da memória. *In*: ACHARD, Pierre et al. **Papel da Memória**. 2. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 1999.
- SÁ MOTTA, Rodrigo P. 1964: “O Brasil não estava à beira do comunismo”, diz historiador. Entrevista concedida a Thiago Domenici. **Pública**. Agência de Jornalismo Investigativo. 1º de abril de 2019. Disponível em: <https://apublica.org/2019/04/1964-o-brasil-nao-estava-a-beira-do-comunismo-diz-historiador/>. Acesso em: 20 ago. 2019.
- SOUZA, Fabiana F. N. Os Manos não são humanos direitos? *In*: VIII **SEAD**, 2017, Recife. O Político na Análise do Discurso: Contradição, silenciamento, Resistência, p. 01-06. 2017.
- SOUZA, Daniela M. R. de; DIAS, José A. Apresentação do Dossiê Ditadura Militar no Brasil. *In*: **Contenciosa**, Ano VI, n. 8, 2018.
- VENTURINI, Maria Cleci. **Rememoração/comemoração**: prática discursiva de constituição de um imaginário urbano. 2008. 235 f.: (Tese de Doutorado em Letras) – Universidade Federal de Santa Maria, 2008.
- ZAVERUCHA, Jorge. Frágil Democracia e Militarização do Espaço Público no Brasil. **XII Encontro Anual da ANPOCS**, Caxambu, 19-23 outubro 1999, GT No. 21, 1999.

Notas

¹ Doutora em Linguística pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). Professora de História da Rede Municipal de Ensino de Vitória da Conquista, Bahia. Pesquisadora do Grupo de Pesquisa em Análise do Discurso - GEPADIS - UESB/CNPq: dgp.cnpq.br/dgp/espelholinha/27462687124278151228319 Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7369906305450306>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-8121-6537>. E-mail: roseaguiar.contato@outlook.com

² Doutora em Letras /Linguística pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Professora do Departamento de Estudos Linguísticos e Literários (DELL/UESB) e do Programa de Pós-graduação em Linguística (PPGLin/UESB). Pesquisadora do Grupo de Pesquisa em Análise do Discurso - GEPADIS - UESB/CNPq: dgp.cnpq.br/dgp/espelholinha/27462687124278151228319 Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5407186161806188> Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-6597-6192> E-mail: gcortes@uesb.edu.br

³ O jornal *Estadão* publicou uma reportagem infográfica, em 30 de março de 2019, com o conjunto de todas as menções à Ditadura Empresarial-Militar feitas por Jair Bolsonaro ao longo dos mandatos parlamentares que ocupou entre 2001 e 2018. Ao acessar o arquivo já compilado pelo jornal, somos direcionados, por meio dos *links* inseridos na matéria jornalística, ao banco de discursos organizado pela Câmara Federal em sua plataforma digital, na qual todos os pronunciamentos dos parlamentares são disponibilizados no *site* para os cidadãos que queiram acessá-los. Ao acessar a íntegra desse arquivo, somos encaminhados para o *site* da Câmara Federal, especialmente para a transcrição do pronunciamento no banco de dados da instituição legislativa. Reportagem

disponível em: Disponível em: <https://www.estadao.com.br/infograficos/politica/bolsonaro-mencionou-a-ditadura-em-14-de-seus-discursos-como-deputado,982285> Acesso em: out. 2020.

⁴ Disponível em: <https://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD01ABR2004.pdf#page=349> Acesso em: out. 2020.

⁵ Disponível em: <https://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD01ABR2004.pdf#page=349> Acesso em: 20 out. 2020.

⁶ Disponível em: <https://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD01ABR2010.pdf#page=98> Acesso em: 20 out. 2020.

⁷ Disponível em: <https://historia.globo.com/memoria-roberto-marinho/opiniaio/noticia/julgamento-da-revolucao.ghtml> Acesso em: set. 2020.

⁸ Provavelmente, o deputado deve ter falado que “há troca do voto por bolsa família [...]”, pelo contexto da frase, no entanto, o modo como foi grafado pela nota taquigráfica ou entendido pelo redator que transcreveu o pronunciamento, trocando o verbo *há* pelo artigo *a*, deixou o texto inconclusivo.

⁹ O autor reflete essas questões considerando o final da década de 1990, mas que facilmente, podemos associar a esse discurso em análise.

Recebido em: 30 de jan. 2024

Aprovado em: 28 de abr. 2024